

"Amor de Jesus" e "valores do casamento" nos currículos espanhóis

Reconhecer o ? Amor de Jesus Cristo ? ou enumerar os ?valores do casamento? são, além da aprendizagem das tradicionais competências de leitura e de escrita, alguns dos conteúdos que passarão a integrar os programas curriculares das escolas públicas e particulares espanholas já no próximo ano.

?Não pode existir uma formação integral ? e, por isso, uma educação de qualidade - se todas as capacidades inerentes ao ser humano, incluindo as de carácter espiritual, não sejam desenvolvidas?, assegura o preâmbulo do programa da disciplina de Religião e Moral, que passa a ser obrigatória nas escolas do país vizinho.

?O aluno irá descobrir (a sua capacidade espiritual) na linguagem da Bíblia, nos modelos cristãos e na presença de Jesus Cristo?, prossegue o texto, que, além disso, garante a primazia do catolicismo sobre as restantes confissões religiosas. A nota desta disciplina passará a contar em pé de igualdade com as restantes para a passagem dos alunos e para a média de entrada na universidade, de acordo com a proposta do governo de José Maria Aznar.

O texto detalha os objectivos, conteúdos e critérios de avaliação dos cursos de catequismo, que serão assegurados por pessoal escolhido pela igreja e pago pelo Estado.

Em alternativa a esta disciplina existirá uma outra intitulada História das Religiões, ensinada por professores de História e de Filosofia, na qual serão abordadas as três religiões monoteístas e temas cruzados de política e religião.

Os partidos de esquerda já manifestaram a sua oposição a esta proposta, com os socialistas a afirmarem uma ? clara rejeição? ao ensino religioso obrigatório, que consideram ?inconstitucional? na medida em que a constituição de 1978 estipula, nomeadamente, que nenhuma confissão tem o carácter de religião de Estado.

Por seu lado, a Confederação espanhola das associações de pais (Ceapa) apresentou uma queixa formal no Supremo Tribunal por considerar que esta medida ?viola os direitos de igualdade e os princípios de neutralidade e de separação da Igreja e do Estado".